



CIJEPa

Centro de Inteligência da
Justiça Estadual do Pará

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CIJEPa



25/3/2022

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CIJEPA

Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
25/3/2022	11h00min	13h01min	Videoconferência – Microsoft Teams

Pauta

Item	Descrição
1	Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (CIJEPA): histórico e iniciativas
2	Exposição sobre as Coordenações de Inteligência Temáticas:
2.1.	Coordenação de Otimização da Prestação Jurisdicional com Métodos de Inovação e Uso de Tecnologia: Juíza de Direito Kátia Parente Sena;
2.2	Coordenação de Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios: Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade;
2.3	Coordenação de Formação de Precedentes Judiciais Qualificados: Juiz de Direito David Jacob Bastos;
2.4	Coordenação de Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça: Juiz de Direito Erichson Alves Pinto.
3	O que ocorrer.

Participantes

Nº	Nome do membro do Grupo Operacional	Órgão/Tribunal	Registro participação ¹
1	Célia Regina de Lima Pinheiro	Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	P
2	Ronaldo Marques Valle	Desembargador Vice-Presidente do TJPA	P
3	Rosileide Maria da Costa Cunha	Corregedora-Geral de Justiça do TJPA	A
4	Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos	Desembargadora membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas - COGEPAC	P
5	Luiz Gonzaga da Costa Neto	Desembargador membro do Grupo Decisório do Cijepa	P
6	Jose Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior	Desembargador membro da COGEPAC	P
7	Kédima Pacífico Lyra	Desembargadora do TJPA	A

8	Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues	Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TJPA	P
9	Kátia Parente Sena	Juíza Titular da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital	P
10	João Valério de Moura Júnior	Juiz titular da Vara Criminal da Comarca de Rondon do Pará	P
11	Erichson Alves Pinto	Juiz titular da Vara de Irituia	P
12	Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade	Juiz de Direito titular da Vara Criminal de Itaituba	P
13	David Jacob Bastos	Juiz de Direito Substituto	P
14	Bruna Caroline Gonçalves Chaves	Chefa de Gabinete da Presidência do TJPA	A
15	Erika Assis de Albuquerque	Assessora da Presidência do TJPA	P
16	Camila Amado Soares	Servidora do Cijepa	P
17	Luiz Artur Saraiva Filho	Servidor do Cijepa	P
18	Will Montenegro Teixeira	Servidor da Coordenadoria de Imprensa	P

I – ABERTURA DA REUNIÃO:

A servidora Camila Soares fez a abertura da reunião, com a leitura dos itens pautados, e, em seguida, passou a palavra à Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, quem expôs brevemente sua alegria e satisfação em ver o empenho de servidores e magistrados na promoção do poder judiciário paraense.

II – ITENS DA PAUTA

1) Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (CIJEPA): histórico e iniciativas

O magistrado Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues iniciou a apresentação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa) com a exibição de sua página eletrônica no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, onde constam informações relativas à composição, estrutura organizacional, atribuições, objetivos, reuniões, atas, eventos, coordenações temáticas, atos normativos, dentre outros conteúdos informativos acerca do centro de inteligência da justiça paraense.

Após breves considerações sobre os principais pontos, o magistrado ressaltou que o referido centro é parte integrante de uma plataforma eletrônica, criada pela Justiça Federal da 5ª região, que reúne vários outros centros de

inteligência dos tribunais do país. Nesta plataforma, cada tribunal tem sua área exclusiva para votação de notas técnicas elaboradas pelo próprio Tribunal.

Na oportunidade, foi dada a palavra à servidora Camila Soares para explicar, com mais detalhes, o funcionamento da plataforma, por meio do compartilhamento de tela.

Retomando a exposição, o Dr. Cesar Puty pontuou a sinergia existente entre o Cijepa e os Macrodesafios do TJPA, mais especificamente aqueles relacionados aos precedentes judiciais qualificados, a exemplo do Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC). Mencionou, na ocasião, a elaboração - e devida aprovação - de cartilhas informativas sobre os citados institutos jurídicos, bem como a facilidade de instaurá-los, hoje, por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), uma inovação procedimental na justiça brasileira.

Por fim, informou o endereço eletrônico do Cijepa, por meio do qual se tem recebido inúmeras consultas e sugestões de magistrados.

Dada a palavra ao magistrado João Valério de Moura Junior, ele reforçou os avanços da justiça paraense na utilização de sistemas de inteligência artificial, com destaque para soluções desenvolvidas pela própria Secretaria de Informática do TJPA, e chamou a atenção para o interesse na coleta e mineração de dados, hoje o "novo petróleo" do mundo.

2) Exposição sobre as Coordenações Temáticas:

2.1. Coordenação de Otimização da Prestação Jurisdicional com Métodos de Inovação e Uso de Tecnologia: Dra. Kátia Parente;

2.2. Coordenação de Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios: Dr. Agenor Cássio de Andrade;

2.3. Coordenação de Formação de Precedentes Judiciais Qualificados: David Jacob Bastos;

2.4. Coordenação de Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça: Erichson Alves Pinto.

A magistrada Kátia Parente Sena apresentou os objetivos e metas da Coordenação de Otimização da Prestação Jurisdicional com Métodos de Inovação e Uso de Tecnologia, a qual está sob sua competência.

Ela lembrou que o centro de inteligência é um local democrático e de diálogo e extremamente importante para o Tribunal de Justiça, por enriquecer o

conhecimento sobre assuntos correlatos ao primeiro e segundo grau de jurisdição.

Ressaltou, também, o fato de o Judiciário ainda trabalhar muito de forma manual, carecendo de ferramentas tecnológicas, como a inteligência artificial, que permitam o levantamento de dados e a identificação de demandas repetitivas ou predatórias. Contudo, reconhece o avanço que tem havido nesse segmento dentro do TJPA, sobretudo no que tange à obtenção de dados.

Concluiu a exposição dizendo que sua coordenadoria temática está à disposição para a melhoria de fluxos de trabalho, procedimentos ou qualquer outra medida que, de alguma forma, traga efetividade à prestação da atividade jurisdicional dos colegas magistrados.

Por sua vez, o magistrado Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, responsável pela Coordenação de Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios, abordou sobre a necessidade de se criar e de se estimular o uso de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, pois eles refletirão não só na diminuição da taxa de congestionamento processual como também na possibilidade de tratar adequadamente o conflito, impedindo que ele se instaure novamente no futuro.

O magistrado também falou dos esforços em criar medidas que reduzam novas demandas e proporcione o aumento de acordos, a exemplo dos mutirões. Citou, ainda, o diálogo institucional que está fazendo com o Ministério Público, para tratar das ações coletivas, e as reuniões ocorridas para integrar a plataforma “consumidor.gov” ao sistema judicial PJe, prestes a ser concluída.

Sobre os encaminhamentos da Coordenação de Formação de Precedentes Judiciais Qualificados, o magistrado David Jacob Bastos tratou sobre o andamento das medidas para prevenir a judicialização, incremento das soluções consensuais de litígios, diminuir a taxa de congestionamento e engendrar esforços para aumentar as baixas processuais, melhorando os indicadores e a performance do PJPA para a conquista do prêmio CNJ de Qualidade.

Destacou a busca por parcerias com outros Tribunais para o compartilhamento de boas práticas, a fim de qualificar a jurisprudência da justiça paraense, por exemplo.

Mencionou, ainda, a possibilidade de o magistrado protocolar pedido de instauração de IRDR – incidente de resolução de demanda repetitiva via PJe, facilitando o procedimento, que antes era feito por Siga-doc e demandava bastante tempo para ser processado e transformado em incidente processual.

Por último, o juiz Erichson Alves Pinto apresentou os estudos da Coordenação de Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça. Ele relatou sobre a importância de identificar os maiores litigantes do Estado para evitar grande números de processos e, por conseguinte, diminuir os custos para o Judiciário.

Ao final, reforçou-se o entendimento de que as Coordenações de Inteligência Temáticas têm como objetivo identificar demandas repetitivas, pontos de divergência jurisprudencial e temas em que há alta taxa de recorribilidade com baixa taxa de reversibilidade, a fim de promover a articulação com todos os órgãos estratégicos do TJPA e com as demais instituições do sistema de justiça.

Os desembargadores presentes elogiaram as ações e as medidas adotadas por cada coordenação temática.

O que ocorrer.

Nada ocorreu.

III - Registro da reunião do Cijepa:

